

Formalizada denúncia de fraude no orçamento

Os senadores Pedro Simon (PMDB/RS) e Eduardo Suplicy (PT/SP) apresentam, hoje, na sessão do Senado, requerimento cobrando a apuração das denúncias de manipulação do Orçamento. Eles justificam, no ofício dirigido ao presidente da Casa, Mauro Benevides (PMDB/CE), que sem essa providência o Congresso Nacional perde as condições de apurar as denúncias contra PC Farias na CPI mista constituída com essa finalidade.

"Está em jogo a credibilidade do Congresso", repetirão os dois senadores, que pretendem ler no plenário, uma a uma, as mais de 600 alterações feitas no Orçamento depois de aprovado. E cobram a apuração da responsabilidade, nesse episódio, do então relator, deputado Ricardo Fiuza, hoje ministro da Ação Social.

"Deixar as denúncias sem resposta é uma grave omissão", lembraram os senadores, que fizeram uma análise depurando o Orçamento e constataram que as adulterações não se restringem apenas às verbas de Ação Social, como foi denunciado. Pelo contrário, elas estão em todos os ministérios, e, por isso, aumenta a gravidade do episódio, dizem. Por isso, Suplicy e Simon acham que justiça, para ser boa, começa em casa e cobram a apuração de responsabilidades no Legislativo para credenciá-lo a apurar as denúncias do Executivo e a ação de PC Farias.

O senador Eduardo Suplicy (PT/SP) apresentará o resultado do levantamento feito pela sua assessoria com as 600 emendas incluídas ao texto do Orçamento da União aprovado pelo Congresso em dezembro do ano passado. Além disso, o petista pretende conversar com os líderes partidários da Casa para a assinatura de um documento pedindo ao presidente Benevides providências. Suplicy não tem a intenção de retomar uma CPI para investigar a fraude no Orçamento, mas quer que os efeitos das emendas enxertadas sejam suspensos.

Para Pedro Simon, o Congresso não pode se eximir de buscar sua responsabilidade. "Em abril o senador Suplicy apresentou o primeiro levantamento, apontando

quase 50 emendas incluídas, envolvendo principalmente o Ministério da Ação Social", afirma, o senador, salientando a mudança do destino de Cr\$ 25,6 bilhões para este ministério. "Agora o senador Suplicy apresentará quase 600 emendas envolvendo todos os ministérios e é preciso tomar providências". Para Simon foi um erro ter enviado o relatório à Procuradoria Geral da União. "Não cabe ao procurador fazer investigações sobre a votação do Orçamento e sim à Mesa do Congresso".

Fevereiro — No discurso que fará hoje na tribuna do Senado, Eduardo Suplicy discorrerá sobre o levantamento realizado nos dois últimos meses, mostrando as emendas acrescentadas pelo relator Ricardo Fiuza. As emendas foram enxertadas depois do dia 19 de dezembro, dia em que foram votadas pelo plenário do Congresso. A redação final do projeto só foi entregue ao Executivo em fevereiro deste ano e sancionado no dia 28. Suplicy estranhou a demora na entrega do relatório e resolveu comprar os textos.

Em abril, o ministro Ricardo Fiuza rebateu todas as acusações de fraude, alegando que não havia qualquer irregularidade. Segundo Fiuza, o que houve foi apenas o remanejamento ou redivisão de emendas, todas legítimas e autorizadas pela comissão. As alterações encontradas pelo senador petista fazem parte de 1261 emendas de última hora que não foram analisadas pela comissão no ano passado. Por falta de tempo decidiu-se aceitar todas, numa reunião feita a quatro dias da votação em plenário com a presença de apenas 5 dos 120 integrantes da comissão.

De acordo com o primeiro levantamento apresentado por Suplicy em abril deste ano, além de Fiuza outros 11 deputados incluíram emendas no Orçamento, com o aval do relator-geral. No relatório de hoje, o senador petista fará um quadro relacionando as emendas e os respectivos partidos. Ele pretende conversar com os líderes de cada partido, mostrando quem está na lista.